



A INTERPRETAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS E A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR EM EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA ANÁLISE EM INSTITUIÇÕES NO RIO GRANDE DO SUL¹

Alexandre Scherer²

Deninson Nunes Ferenci³

Marcos Armani Ramirez⁴

Gabriela Quines Mendelski⁵

Alexandre Diogo Platt⁶

RESUMO

Este estudo pesquisou as formas de interpretação que IES têm em relação às Diretrizes Curriculares Nacionais para a organização dos currículos dos Cursos de Educação Física no Rio Grande do Sul. Foram analisados os Projetos Pedagógicos Curriculares de cinco instituições privadas e públicas. Conclui-se que quatro IES normatizam seus currículos para duas formações distintas. Somente uma instituição pública propõe um curso de licenciatura unificado com entrada única e dupla modalidade de egresso. PALAVRAS CHAVE: Educação Física e Treinamento; Currículo; Formação Profissional.

INTRODUÇÃO

A publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a formação de licenciados e de bacharéis nos anos de 2002 e de 2004 configurou interpretações diferenciadas na formação em Educação Física no Brasil. Neste sentido, há a necessidade de se compreender como estão sendo interpretados estes documentos pelas Instituições de Ensino Superior (IES) e ainda como estas visões se manifestam na formatação curricular a partir deste novo paradigma de orientação. O objetivo deste estudo procura compreender de que forma se estruturam os diferentes currículos de formação em Educação Física a partir das orientações das DCN.

AS DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO FÍSICA

O papel que as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) têm é vital para que se possa entender como acontece a formação do profissional/professor de Educação Física e de que forma os currículos são formatados segundo suas orientações. Este

1 O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

2 Dr. GEEF - IPA, scherer@via-rs.net

3 Me. GEEF - IPA, deninson.ferenci@ipa.metodista.br

4 Bacharel GEEF - IPA, armani.ramirez@hotmail.com

5 Acadêmica GEEF - IPA, gabriela.mendelski@gmail.com

6 Acadêmico GEEF - IPA, alexandreplatt@hotmail.com

processo se inicia com a sanção da Lei Federal nº. 9.394 em 1996. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) veio agregar mais autonomia para as instituições de ensino legitimando o início de profundas mudanças. Para cumprir esta determinação foram instituídas as DCN para a formação de professores da educação básica em 2002. Como a Educação Física pode atuar em outros mercados de trabalho foram instituídas também as DCN para a formação do graduado (bacharel) em Educação Física em 2004 (FREITAS; PAIVA; SCHERER, 2016).

Neste sentido, Benites, Souza Neto e Hunger (2008) afirmam que através das novas diretrizes ocorreram as principais mudanças na configuração da formação do professor da Educação Básica, gerando muitas discussões sobre um novo rumo que estava caminhando a Educação Física no sentido do surgimento de uma nova formação de profissão através de uma dualidade dos cursos universitários no Brasil.

Freitas, Paiva e Scherer (2016) expõem que esta nova legislação apresenta diferenças significativas na estrutura curricular das duas formações como a duração e a carga horária mínima dos cursos.

Com este breve retrospecto sobre a evolução das diretrizes, nota-se que as mudanças ocorreram em função da alteração histórica profissional no país que está em frequente transformação econômica, gerando a necessidade de um profissional preparado para suprir as novas exigências do mercado econômico, alterando de forma significativa a formação do professor/profissional de Educação Física.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa e fundamenta-se na análise documental dos Projetos Pedagógicos Curriculares (PPC) dos Cursos de Educação Física acessadas no site das IES. Gil (2006) explica que a pesquisa documental se assemelha muito com a bibliográfica. O que as difere é a natureza de suas fontes.

A pesquisa foi realizada através da análise dos documentos de cinco IES do Rio Grande do Sul, que apresentam em seus projetos pedagógicos os cursos de licenciatura e de bacharelado em Educação Física. São Instituições de Ensino Superior com trajetória marcada e relevante, que já formaram diversas turmas em cada um dos Cursos de Educação Física.

Para garantir o anonimato das Instituições de Ensino definimos sua identificação da seguinte forma: Instituição “A”, Instituição “B” e Instituição “C” como representantes do sistema privado; Instituição “D” e Instituição “E” representam o ensino público.

A análise de dados consistiu em interpretar as informações advindas dos PPC dos cursos compreendendo as ideias que estabeleceram a formatação curricular de cada curso de Educação Física.

RESULTADOS

AS IES E A INTERPRETAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS

Com a divisão do Curso de Educação Física em duas modalidades, Bacharelado e Licenciatura, as IES foram orientadas a utilizar as DCN para construir seus Projetos Pedagógicos.

A Instituição “A” passa a compreender que existem cursos diferentes e tanto o PPC do Curso de Bacharelado como do Curso de Licenciatura explícita que a organização curricular entre as duas modalidades será distinta:

Com a transformação das Faculdades [...] no primeiro semestre de 2005 o Curso de Educação Física passou a oferecer duas habilitações, Licenciatura e Bacharelado, distintamente, atendendo às respectivas diretrizes que orientam a organização curricular e a terminalidade definidora da futura ação profissional (PPC Bacharelado Instituição “A”, 2013, p. 24).

A Instituição “A” compreende que o reconhecimento das diferentes formações traz a necessidade de criar uma matriz curricular que esteja pautada com o objetivo de contemplar conhecimentos que habilitem para a formação profissional do Bacharelado em Educação Física, a capacidade de entendimento de que o aluno deva ser sujeito/agente na concepção desse conhecimento, num mecanismo que envolva teoria e prática:

A Instituição “B” tem suas origens e perfil inspirados na educação cristã. Ela entende que existem duas modalidades de formação, ofertando então Cursos de Licenciatura e de Bacharelado em Educação Física. Curiosamente o Curso de Bacharelado estava aprovado pelo Conselho Universitário desde 2003 mesmo antes da Resolução CNE/CP nº. 07/2004. Já, o Curso de Licenciatura tem sua portaria efetivada em novembro de 2008 (PPC instituição “B”, 2009).

Na sessão 2 do PPC em Licenciatura se especifica à área do conhecimento e está definido que a Educação Física faz parte da área das ciências da saúde. Este fato é confirmado pela Tabela de Áreas de Reconhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2014). Apesar disso, a Instituição “B” constrói seu PPC em Licenciatura com direcionamento para a formação na habilitação da Educação Básica:

Formar profissionais habilitados para a docência na Educação Básica com sólida formação ética, cultural, filosófica, científica, tecnológica e pedagógica levando em conta os princípios da Instituição e as constantes mudanças na sociedade na qual irão atuar. (PPC Licenciatura Instituição “B”, 2009, p. 11).

Nota-se que a Instituição “B” diferencia bem a existência de peculiaridades ao curso de Licenciatura, como também evidencia a diferenciação quando abre o curso de Bacharelado em Educação Física em 2004.

A IES “C” apresenta dois PPC distintos, conforme a apresentação da organização didático-pedagógica de ambas as formações houve:

[...] uma reconfiguração dos currículos universitários buscando uma formação mais generalista e em consonância com as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Educação Física, no que diz respeito à Licenciatura e ao Bacharelado. (PPC Licenciatura Instituição “C”, 2010, p. 3; PPC Bacharelado Instituição “C”, 2010, p. 4).

A instituição reconhece e aplica a divisão da Educação Física em duas formações, que ainda que generalistas, descrevem um desenvolvimento acadêmico específico para as áreas de atuação. Neste sentido, o curso de licenciatura pretende desenvolver nos discentes as habilidades como diálogo e reflexão crítica, atitudes éticas, valores

sociais, diferentes abordagens pedagógicas, assim como competências técnicas e científicas, além do trabalho coletivo. Já, o PPC do bacharelado traz como objetivos desenvolver nos ingressantes a atuação em comunidade de diferentes níveis sociais, proporcionar diálogo e reflexão crítica acerca dos assuntos da Educação Física estendendo-se à inclusão social, integração entre teoria e prática e capacitação para atuação fora do âmbito escolar.

A IES “D” discute essas diretrizes e interpreta-as de outra forma. Na análise de seus PPC tanto da licenciatura quanto do bacharelado constatou-se que existe um entendimento e uma forma de sistematização própria. Neste sentido, ela constrói sua proposta de formação ampliada alicerçada na visão de que a Educação Física é sustentada por uma ação pedagógica e seu profissional pode ser formado para atuação em diferentes campos de intervenção a partir de uma licenciatura com possibilidade de complementação de bacharelado. Utiliza a visão de autonomia universitária e as legislações próprias para ofertar uma entrada única e em caráter de ampla possibilidade de intervenção, mas disponibiliza uma complementariedade para os interessados no Curso de Bacharelado.

A IES “E” possui 2 Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) diferentes para o curso de Educação Física, tendo assim um curso de Bacharelado e outro curso em Licenciatura.

Quanto ao curso de Licenciatura, o seu PPC atualizado em 2015 indica que as recentes atualizações no documento se deu em virtude de cumprir as exigências da nova legislação da Educação Física brasileira, indicando ainda que:

A criação do presente curso de Licenciatura em Educação Física originou-se das mudanças necessárias no antigo currículo do curso de Licenciatura cuja primeira turma formou-se em 1975. O presente Curso Diurno de Licenciatura em Educação Física embasa-se nas orientações dos Pareceres do CNE nº. 9 (2001), nº. 21 (2001), nº. 27 (2001), nº. 28 (2001) e nº. 58 (2004), das Resoluções do CNE nº. 1 (2002), nº. 2 (2002), nº. 7 (2004), nº. 3 (2007) e nº. 7 (2007). (PPC Licenciatura Instituição “E”, 2015, p. 9)

No que se refere ao curso de Bacharelado em Educação Física, o seu PPC de 2015 informa que o curso de Bacharelado também surgiu da mesma necessidade de suprir as exigências da legislação:

A criação do Curso de Bacharelado em Educação Física originou-se das mudanças necessárias no antigo currículo do curso de Licenciatura, decorrentes das orientações dos pareceres do CNE nº. 9 (2001) e nº. 138 (2002), assim como das Resoluções do CNE 07/2004 e 04/2009. (PPC Bacharelado Instituição “E”, 2015, p. 8)

Nota-se assim que a IES “E” atende as indicações da DCN sobre as especificidades dos cursos de Licenciatura e Bacharelado.

CONCLUSÃO

Analisando cada PCC, conclui-se que quatro das cinco IES pesquisadas interpretam que as DCN orientam a formação dos cursos superiores no Brasil e distinguem duas modalidades de formação para a Educação Física. Apesar de registrarem algumas aproximações curriculares, o que parece influenciar esta divisão

são as DCN dos cursos de licenciatura que promovem uma visão de especialização docente para a educação básica. A IES “D”, entretanto, possibilita pensar numa epistemologia da intervenção pedagógica da Educação Física em qualquer ambiente de trabalho, por isso a proposta de licenciatura ampliada.

THE INTERPRETATION OF THE NATIONAL CURRICULAR GUIDELINES AND THE CURRICULAR FORMATTING IN PHYSICAL EDUCATION: AN ANALYSIS ON INSTITUTIONS IN RIO GRANDE DO SUL

ABSTRACT: This study searched the ways of interpretation that IES has in relation to National Curricular Guidelines about the curricular formatting of the Physical Education Courses in Rio Grande do Sul. Were analyzed the Curricular Pedagogical Projects of five institutions private and public. Concludes that four IES normalize their curriculum with two distinct graduations. Only one public institution propose an unified graduation course with only one entry and double modality of egress.

KEYWORDS: Physical Education and Training; Curriculum; Staff Development

LA INTERPRETACIÓN DE LAS DIRECTRICES CURRICULARES NACIONALES Y LA ORGANIZACIÓN CURRICULAR EN EDUCACIÓN FÍSICA: UN ANALISIS EN INSTITUCIONES EN EL RIO GRANDE DEL SUR-BRASIL.

RESÚMEN: El estudio investigó las interpretaciones que las IES tienen respecto a las Directrices Curriculares Nacionales para organización de los currículos de Educación Física en el Río Grande del Sur. Fueron analizados los Proyectos Pedagógicos Curriculares de cinco instituciones privadas y públicas. Se concluye que cuatro IES organizan sus currículos para dos propuestas de formación - Bachillerato y Licenciatura. Solamente una institución pública propone una carrera de licenciatura unificada, con ingreso único y dupla modalidad de titulación.

PALABRAS CLAVES: Educación y Entrenamiento Físico; Curriculum; Desarrollo de Personal.

REFERÊNCIAS

- BENITES, L.C.; SOUZA NETO, S.; HUNGER, D. O processo de constituição histórica das diretrizes curriculares na formação de professores de Educação Física. **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.34, n.2, p. 343-360, maio/agosto. 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 07/2004**. Brasília: Ministério da Educação, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Tabela áreas de Conhecimento CAPES**. 2014. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/TabelaAreasConhecimento_072012.pdf>. Acesso em: 10 outubro 2014.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 9394, de 17 de dezembro de 1996**.
- FREITAS, D. S.; PAIVA, L.; SCHERER, A. A Judicialização da Intervenção Profissional em Educação Física no Brasil: análise processual em segunda instância. In: CONGRESSO SULBRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 8., 2016, Criciúma. **Anais...** Criciúma: CBCE, 2016. v. 1, 22p.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.